

PURISMO NACIONALISTA, RACIALIZAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO: IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS COLONIAIS NO NEXO ONLINE-OFFLINE

NATIONALIST PURISM, RACIALIZATION AND SEXUALIZATION: COLONIAL LINGUISTIC IDEOLOGIES IN THE ONLINE-OFFLINE NEXUS

Danillo da Conceição Pereira Silva*
Vitor Gabriel Caetano Alves**

RESUMO

Situado no campo da Linguística Aplicada contemporânea, este artigo tem como objetivo interpretar criticamente ideologias linguísticas (PINTO, 2013; MOITA-LOPES, 2013; GAL, 2023) mobilizadas nas controvérsias públicas *online* em torno da matéria jornalística “Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’”, publicada pelo jornal português Diário de Notícias, em novembro 2021. Para tanto, realizamos uma etnografia digital (BLOMMAERT, 2010; CIBORGA, 2022) de caráter não-participante, praticada entre junho e novembro de 2023, na página do veículo na rede social *Facebook*. As análises dos dados gerados no trabalho etnográfico nos permitem argumentar sobre uma intensa circulação de “ideologias linguísticas coloniais” nas práticas metalinguísticas analisadas no nexo *online/offline*. Em linhas gerais, essas ideologias atuam na afirmação do purismo linguístico nacionalista como política linguística de higienização racial e em dinâmicas de feminização e de sexualização de línguas e seus falantes como instâncias de uma corporificação linguística violenta. Esses processos apagam a invenção das línguas (MAKONI; PENNYCOOK, 2005) como tecnologia de dominação e de cristianização dos povos colonizados, uma vez que depreciam línguas, culturas e identidades dos povos brasileiros (GONZALEZ, 1984; MUNIZ, 2016) em função de uma suposta superioridade europeia, legitimando e atualizando discursos difusos da violência colonial, a contrapelo de imaginários assimilacionistas difundidos na retórica transnacional de que Brasil e Portugal seriam “países irmãos”.

Palavras-chave: colonialismo linguístico; hierarquias raciais; etnografia digital; ideologias linguísticas coloniais.

ABSTRACT

Situated in the field of contemporary Applied Linguistics, this article aims to critically interpret linguistic ideologies (PINTO, 2013; MOITA-LOPES, 2013; GAL, 2023) mobilized in the online public controversies surrounding the news article “There are Portuguese children who only speak ‘Brazilian’”, published by the Portuguese newspaper Diário de Notícias in November 2021. To this end, we conducted a non-participant digital ethnography (BLOMMAERT, 2010; CIBORGA, 2022) between June and November 2023 on the newspaper’s Facebook page. The analysis of the data generated in the ethnographic work allows us to argue about an intense circulation of “colonial linguistic ideologies” in the metalinguistic practices analyzed in the online/offline nexus. In general terms, these ideologies act in the affirmation of nationalist linguistic purism as a linguistic policy of racial sanitization and in dynamics of feminization and sexualization of languages and their speakers as instances of violent linguistic embodiment. These processes erase the invention of languages (MAKONI; PENNYCOOK, 2005) as a technology of domination and Christianization of colonized peoples, since they depreciate the languages, cultures and identities of Brazilian peoples (GONZALEZ, 1984; MUNIZ, 2016) due to a supposed European superiority, legitimizing and updating diffuse discourses of colonial violence, against the backdrop of assimilationist imaginaries disseminated in the transnational rhetoric that Brazil and Portugal were “brother countries”.

Keywords: linguistic colonialism; racial hierarchies; digital ethnography; colonial linguistic ideologies.

[...] Eu sei que não é a língua inglesa que me fere, mas o que os opressores fazem com ela, como eles a moldam para se tornar um território que limita e define, como eles fazem dela uma arma que pode envergonhar, humilhar, colonizar.”
(hooks, 2008)

INTRODUÇÃO

Quando em novembro de 2021 cheguei ao Aeroporto Internacional Humberto Delgado, em Lisboa, Portugal, imaginei que aquele fosse o início de uma rica trajetória de formação acadêmica, afinal, isso é o que esperava

* Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, IFAL, Arapiraca, AL, Brasil. danillo.silva@ifal.edu.br <<https://orcid.org/0000-0002-5879-5999>>.

** Graduado em Letras/Língua Portuguesa pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, IFAL, Arapiraca, AL, Brasil. vgca2@aluno.ifal.edu.br. <<https://orcid.org/0009-0008-8154-7038>>.

quando busquei um centro de pesquisa internacional para realizar parte do meu doutorado. Mas, minha primeira interação em terras portuguesas, ainda no aeroporto, se encarregaria de me lembrar uma lição básica dos estudos de linguagem e identidade na Linguística Aplicada contemporânea: as trajetórias de corpos são também trajetórias semióticas, sujeitas a intensos regimes de regulação, normatização e, por isso mesmo, de hierarquizações e conflitos.

Ao perceber que minha mala havia sido extraviada, fui até o balcão destinado a esse tipo de atendimento. A funcionária da empresa privada que administra o aeroporto, uma mulher branca e portuguesa, após ouvir a narrativa dos acontecimentos e fazer muitas perguntas sobre meu roteiro, a mala, passagens e objetivos de viagem, pediu que eu esperasse enquanto ia até as esteiras checar se o que eu dizia era verdade. Segundo ela, embora não fosse praxe essa ação, ela precisava se certificar pois, como afirmou entre risos, “quando se escuta *esse sotaque* é preciso confirmar se as coisas são mesmo como dizem que são”.

Algumas semanas depois da minha chegada a Portugal, um evento *online* se tornou viral e revolveu uma gama de discursos coloniais, e suas disputas, a respeito das relações linguísticas e políticas entre Brasil e Portugal, em geral aventados como “países irmãos” em diferentes tipos de retóricas. A polêmica se deu em torno da matéria do *webjornal* português Diário de Notícias que alertava comunidades escolares e responsáveis sobre “crianças portuguesas que só falam brasileiro” e os riscos que isso traria ao desenvolvimento da sua “fala” e de suas “capacidades linguísticas”. Ao destacar um perigoso cruzamento de fronteiras políticas entre aquilo que é projetado como “português” e “brasileiro”, a matéria mobilizou repertórios racistas típicos da racionalidade colonial sobre línguas enquanto artefatos culturais. Para outros grupos, o jornal apenas defendia a identidade nacional portuguesa das influências negativas de uma de suas ex-colônias. Esse tema foi alvo de muitas conversas acaloradas com colegas de pesquisa, brasileiros, africanos e portugueses, durante o período de investigação, como dizem, em terras portuguesas.

Depois de voltar ao Brasil e retomar minhas aulas na graduação, esses eventos, ao lado de outros, a exemplo do dissenso sobre meu “sotaque nordestino” em espaços acadêmicos da cidade do Rio de Janeiro, passaram a acompanhar os exercícios críticos de diferentes momentos de formação. Como certas diferenças, projetadas na linguagem, se articulam com outras diferenças projetadas em outros campos da vida social, tais como raça e gênero? Como certas avaliações sobre o dito “linguístico” estão impregnadas de valores, crenças e posicionamentos que em muito ultrapassam questões meramente estruturais ou formais da “língua”? Como a história sociossemiótica de produção discursiva do que chamamos de “língua”, especialmente das línguas coloniais, pode ajudar a explicar o funcionamento de normatividades e regulações em jogo na classificação racial e na projeção de hierarquias entre formas de vida? Essas são algumas das questões que emergiram do diálogo com estudantes e colegas com quem pude compartilhar essas experiências de trânsitos corporais e linguísticos.

Certamente, a formulação dessas questões esteve sempre atravessada por repertórios teóricos críticos do campo dos estudos da linguagem e de estudos sobre colonização, processos de racialização, geopolíticas das línguas, dentre outros bastante correntes nos estudos sobre conflitos coloniais da articulação entre raça e linguagem, tal como praticado na Linguística Aplicada do Sul Global. E foi desses atravessamentos, muitos deles compartilhados em sala de aula e materializados em pesquisas colaborativas, tal como aquela registrada nas próximas linhas, que este artigo surgiu. Assim, nosso¹ objetivo neste artigo é interpretar criticamente ideologias linguísticas (PINTO, 2013; MOITA-LOPES, 2013; GAL, 2023) mobilizadas em controvérsias públicas *online* em torno da matéria jornalística “Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’”, publicada pelo jornal português Diário de Notícias, em novembro 2021.

1 Apesar de sabermos que normas tradicionais de redação acadêmica alertam sobre a suposta inadequação de se intercambiar as pessoas do discurso em um mesmo texto, optamos por fazer isso neste artigo justamente a fim de buscar uma escrita mais alinhada às perspectivas políticas e epistemológicas da Linguística Aplicada que praticamos. Como nosso campo tem discutido desde 1990 (MOITA LOPES, 1994; MOITA LOPES, 2006; MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2019), é preciso assumir um fazer qualitativo e interpretativista em nosso campo que não esteja restrito à geração de dados nos diversos campos de pesquisa, mas que também incida sobre a dimensão política do conhecimento que produzimos. Certamente, a escrita reconhecida como acadêmica é parte importante das engrenagens da produção do conhecimento em nossa sociedade. Por isso, com vistas a não artificializar o processo de concepção da pesquisa, e da feitura desta escrita, alternamos a partir desse ponto a pessoa do discurso, uma vez que a pesquisa colaborativa realizada entre os autores emergiu de diálogos sobre experiências vividas e leituras em sala de aula. Além disso, entendemos ser essa uma forma de melhor contar a história dos dados (BLOMMAERT, 2002) e de afirmar explicitamente que, ao contrário do que sustenta o mito liberal da genialidade intelectual, conhecimentos não são meros produtos “de mentes brilhantes”, mas emergem de diálogos, trocas colaborativas, dissensos e experiências corporificadas das pessoas pesquisadoras e de suas posições enunciativas.

Para tanto, realizamos uma etnografia digital (BLOMMAERT, 2010; CIBORGA, 2022) de caráter não-participante, entre junho e novembro de 2023, na página do veículo na rede social *Facebook*. A análise dos dados gerados no trabalho etnográfico nos permite argumentar sobre uma intensa circulação de “ideologias linguísticas coloniais” nas práticas metalinguísticas analisadas nonexo *online/offline*, especialmente engajadas na afirmação do purismo linguístico nacionalista como política linguística de higienização e dinâmicas de feminização e de sexualização de línguas como instâncias de uma corporificação linguística violenta.

Além desta seção introdutória e daquela destinada às considerações finais, este artigo está dividido em cinco seções. Na primeira delas, discutimos o processo sócio histórico de invenção da “língua portuguesa” e seus atravessamos coloniais. Na segunda, discutimos como ideologias linguísticas constituem a produção e a reificação de hierarquias raciais, ainda que quase sempre o componente racial das línguas e a dimensão linguística dos processos de racialização sejam subsumidos. A terceira seção se destina aos enquadramentos sobre a etnografia digital como uma abordagem para a pesquisa no campo da linguagem em sociedades pós-digitais caracterizadas pelo nexoo *online-offline*. Na quarta e na quinta seção, por fim, enredamos os construtos epistemológicos discutidos ao longo do artigo com interpretações etnográficas da produção de sentidos nas interações situadas em torno da matéria do Diário de Notícias, a fim de produzir inteligibilidade sobre as ideologias linguísticas coloniais em circulação nas práticas discursivas interpretadas.

1. COLONIALISMO LINGUÍSTICO E A INVENÇÃO DO “PORTUGUÊS”

Ao investigar a dimensão colonial implicada na fabricação da língua portuguesa como “língua oficial” do Brasil, é incontornável cotejar seu papel nas empreitadas coloniais. O fato é que, ao lado de outros expedientes, a inculcação da língua portuguesa participou da dominação dos povos colonizados, especialmente graças ao seu papel no apagamento de línguas, culturas e, com elas, de modos de vida dos povos originários brasileiros e daqueles sequestrados de África para a escravização comercial, tal como apontam Cristine Severo (2016) e Gabriel Nascimento (2019). Assim, ao sabor de valores da Modernidade, a exemplo do nacionalismo fundamentado na tríade “um povo, uma nação, uma língua”, os processos de “invenção das línguas”, tornam-se imprescindíveis para compreender fatores sociolinguísticos e sociopolíticos específicos responsáveis não somente por criar “as línguas” num gesto colonial, mas também por subalternizar e exterminar culturas, vivências, crenças e identidades subjugadas nesses processos de dominação e cristianização, como destacam Sinfree Makoni e Alastair Pennycook (2005).

À vista disso, ao afirmar que “para descrever o português, é preciso inventá-lo de antemão”, Joana Plaza Pinto (2013, p. 124) nos convida a (re)pensar sobre sentidos essencialistas atribuídos às línguas, as quais, diferentemente do que se pode imaginar, não são “dadas”, “autônomas” ou mesmo “descobertas”, mas socioculturalmente forjadas com propósitos ideológicos e projetos políticos bem definidos. Uma das principais consequências desse processo é a marginalização de certas línguas² e a promoção de um ideal linguístico baseado em ficções de homogeneidade sociolinguística, as quais podem ser bem predicadas pela ideia de monolinguismo (ESPÍRITO SANTO; SANTOS, 2018).

O projeto colonial compreende, portanto, uma “matriz colonial de poder (colonialidade) de exploração e controle de terras, povos e línguas, que passaram a ser nomeados e detalhadamente descritos” (SEVERO, 2016, p. 12). Ou seja, a gramatização das línguas locais, a exemplo das próprias gramáticas e dicionários das línguas indígenas originárias do Brasil, possibilitou não apenas a introdução dos “letramentos europeus” nas sociedades orais, como também criou condições de hierarquização entre as línguas que desempenharam papéis significativos durante o projeto colonial (MAKONI; MEINHOF, 2004; AUROUX, 2009). Isso porque “as línguas e sua organização hierárquica sempre integraram parte do projeto civilizador e da ideia de progresso” (MIGNOLO, 2005, p. 94)³. Através desse processo de produção de instrumentos linguísticos, as línguas faladas pelos diferentes povos nativos foram agrupadas e catalogadas, recebendo um rótulo de “língua geral”, por meio de um violento

2 Apesar de, neste artigo, nosso foco recair sobre a dimensão de violência colonial em jogo na dominação linguística dos povos colonizados, é preciso destacar os incontáveis processos de resistência à colonização e suas consequências que se materializam na e pela linguagem. Um exemplo disso é o modo como bell hooks (2008) encara a apropriação da língua inglesa pelas comunidades afroamericanas nos Estados Unidos.

3 Essa e todas as outras traduções são de nossa responsabilidade.

processo de “homogeneização das diferenças linguísticas e culturais mediante a construção de uma categoria genérica e simplificada para enquadrar as línguas indígenas” (SEVERO, 2016, p. 1324).

Como propõe Gabriela Veronelli (2021), dimensões de linguagem têm papel preponderante na reprodução dos padrões de poder eurocêntricos, estabelecidos durante o processo de dominação colonial, ou seja, o colonialismo propriamente dito. Ao nomear tal processo como “colonialidade da linguagem”, a autora explora o papel dos discursos sobre as línguas como parte do feixe de padrões que se estendem como fenômenos duráveis nas relações sociais, materiais e simbólicas das sociedades colonizadas, a colonialidade, expandindo-se para além do evento histórico da colonização (QUIJANO, 1999; MIGNOLO, 2005). Nesse sentido, colonialidade não diz respeito apenas à classificação racial, mas, além disso, corresponde a “um fenômeno integral e global que permeia todos e cada um dos aspectos e situações da existência social”, uma vez que “a distribuição das hierarquias, lugares e papéis sociais é racializada e geograficamente diferenciada” (VERONELLI, 2021, p. 84).

No que tange à invenção do português como língua homogênea, pura e civilizada, o que está em jogo são políticas de pejoração e de apagamento das línguas indígenas e africanas, aquelas dos grupos humanos subjugados e exterminados na tarefa colonial. Essa lógica hierarquizante, que inclusive governa discursos contemporâneos sobre línguas e seus grupos culturais, perpetua esquemas de poder e de saber coloniais, os quais estão baseados no intrincamento entre “linguagem e território, linguagem e poder político e jurídico, linguagem e escrita, linguagem e Deus”. Em face dessas articulações, o cerne de ideias coloniais sobre a linguagem e seus discursos em circulação pode ser definido pela máxima “a linguagem dos colonizadores é a linguagem” (VERONELLI, 2021, p. 90, grifo da autora).

É nesse sentido que na seção seguinte exploramos, de modo mais detido, como ideais sobre línguas se articulam a processos de racialização, apontando a produtividade da noção de “ideologias linguísticas” para a análise crítica das hierarquias raciais e suas relações de mútua constituição.

2. ARTICULAÇÕES ENTRE IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS E HIERARQUIAS RACIAIS

Os significados culturalmente atribuídos às línguas, às suas formas, aos seus mais diversos usos e àquelas pessoas que as usam, integram constitutivamente isso a que chamamos de “línguas”. Ou seja, além das dimensões linguísticas “propriamente ditas”, em geral entendidas como “propriedades formais” e “propriedades funcionais”, a vida social das línguas é também constituída por dimensões metalinguísticas e metapragmáticas (SILVERSTEIN, 2003). Nessa perspectiva, os significados atribuídos às línguas e aos seus usos não decorrem diretamente de propriedades de sua estrutura, mas são efeitos de sua articulação complexa com estruturas sociais mais amplas. Assim, afirmações, regulações, normatizações e interdições - bem como outras ações - sobre línguas nunca são exatamente, ou apenas, sobre elas, mas decorrem de funcionamentos sociais que as compreendem e as ultrapassam.

Essas afirmações não são exatamente uma novidade para alguns campos dos estudos da linguagem no Brasil⁴, uma vez que correspondem ao núcleo comum do que diferentes perspectivas de estudo têm afirmado sobre as “ideologias linguísticas” ou “ideologias de linguagem”. Nas palavras de Judith Irvine, as ideologias linguísticas correspondem ao “sistema cultural de ideias sobre as relações sociais e linguísticas, juntamente com suas cargas de interesses morais e políticos” (IRVINE, 1989, p. 225) e isso, conforme argumenta Susan Gal (2023, p. 6), as transforma em “forças mediadoras centrais através das quais a linguagem torna-se significativa de maneiras culturalmente específicas”.

Mais do que manifestações linguísticas de posições sociais nas quais “o falante” está, como presumem estudos variacionistas tradicionais sobre “atitudes linguísticas” (GAL, 2023), a conexão entre usos linguísticos e significados sociais projetados são modos de agência reflexiva e performativa sobre a linguagem (BUTLER, 1990). Em outras palavras, ideologias linguísticas são fabricadas e circulam de modo posicional e avaliativo,

4 Apesar disso, o fato é que uma parte extensa dos estudos sobre línguas, em diferentes contextos, se esforça para permanecer imune a essas afirmações e seus efeitos. Uma parte das explicações dessa resistência talvez resida no fato de que elas, ao invés de expurgar a questão da “ideologia” para fora do campo de estudo, como uma espécie de distorção da realidade ou vício do trabalho científico, a assumem como parte constitutiva das línguas e de todos os discursos sobre elas, inclusive daqueles especializados, tal como este artigo. Isso atrai a necessidade de se fazer considerações, nem sempre cômodas, sobre as implicações políticas de modelos teóricos, metodológicos e categorias explicativas. Nos estudos da linguagem *mainstream*, esses elementos são historicamente tomados como “neutros” ou “livres” de convicções ideológicas ou contingências sociohistóricas, conforme a racionalidade liberal predominante nos modelos de comunicação subjacentes às linguísticas tradicionais.

em contextos contingentes e segundo interesses políticos de grupos específicos. Por essa razão, pode-se afirmar que ideologias linguísticas “mediam processos semióticos interrelacionados de comunicação e de formação da identidade”, o que certamente “permite um exame mais preciso de como as ideias sobre a linguagem são construídas e divulgadas por grupos sociais, nações e indivíduos” (GAL, 2023, p. 10).

Nesse “exame mais preciso” de como ideias sobre linguagem estão na base de processos identitários vários, nos interessa cotejar, para os objetivos deste trabalho, o modo como certas ideologias linguísticas participam da construção de processos de racialização e, assim, atuam para a naturalização de hierarquias raciais. Como discute Nilma Lino Gomes (2012), em diálogo com os estudos decoloniais, nos territórios colonizados pelos países europeus durante o chamado “Descobrimento das Américas”, a produção discursiva da categoria “raça” foi fundamental para sua operacionalização. Em outras palavras, o processo de invasão, genocídio e dominação política, cultural, intelectual e espiritual dos territórios e das populações da América Latina, e demais territórios, tem em sua base a produção de discursos que os posicionam numa condição ontológica de subtração de sua condição reconhecível de humanidade.

Esse discurso difuso, por sua vez, não atua exclusivamente pela expressão explícita de sua operação ontológica, mas através da inferiorização de características culturais, linguísticas e religiosas das populações colonizadas. É nesse sentido que o intelectual brasileiro Kabengele Munanga (2003) afirma que “o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são conseqüências [sic.] diretas de suas características físicas ou biológicas” (MUNANGA, 2003, s/p). Parte importante do funcionamento do racismo, enquanto uma prática discursiva cujas dimensões corporais e materiais lhes são constitutivas, está centrada na produção e na naturalização de ideologias linguísticas racistas.

Assim, ao analisar a dimensão de linguagem da classificação racial imposta no mundo moderno/colonial, Pinto (2018) argumenta que a articulação entre ideologias linguísticas e hierarquias raciais são “rarefeitas no discurso moderno” (PINTO, 2018). Nesse sentido, a autora examina o modo como ideologias linguísticas sobre “homogeneidade”, “clareza” e “competência”, as quais comumente servem como balizas para classificar práticas linguísticas e intelectuais de grupos racializados no Brasil, atuam para “rarefazer”, ou seja, pulverizar e dissimular hierarquias raciais no país.

Em sua análise, a autora mostra, ainda, como crenças racistas sobre a inferioridade das práticas linguísticas da população negra, por exemplo, são subsumidas em determinados construtos teóricos praticamente universalizados em discursos sobre língua no Brasil. Aqui estão incluídos também discursos especializados como os de muitas áreas dos estudos linguísticos e seus acúmulos sobre o que nomeiam como fala “popular”, “informal”, “não escolarizada” ou “não padrão”, dentre outras classificações avaliativas que tomam como dadas e observáveis as distinções entre certos usos da linguagem e aqueles que servem como parâmetro para sua classificação linguística e racial. Como discute, ideologias linguísticas foram “atadas a ideologias raciais na Modernidade como etiquetas linguísticas de sustentação de hierarquias raciais, como esquemas metapragmáticos de interpretação dos usos apropriados” (PINTO, 2018, p. 176), os quais são tomados como “‘universais’, ‘racionais’, ‘brancos’, ‘ocidentais’, em oposição a usos ‘particulares’, ‘irracionais’, ‘negros’, ‘não ocidentais’” (PINTO, 2018, p. 176).

Essas afirmações ganham sentidos ainda mais amplificados quando atentamos para o modo como práticas de linguagem têm sido enquadradas como práticas de subjetividade, incluída aqui a dimensão racial, a exemplo do pensamento de Frantz Fanon (2008), para quem “falar é existir absolutamente para o outro” (FANON, 2008, p. 20), ou ainda, “falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura” (FANON, 2008, p. 36). A fala, como uma metáfora para as línguas, os discursos e as ideologias linguísticas que as constituem, é capaz de não apenas nos representar (social, cultural e historicamente), mas principalmente de agir no sentido de nos definir ante o olhar do outro. Como analisa Lelia Gonzalez (1984), na ácida abertura do seu clássico artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, nas práticas racistas abundam ideologias inferiorizantes sobre linguagem e habilidades intelectuais dos grupos racializados, as quais servem para sua infantilização, depreciação e, especialmente, para o apagamento de sua capacidade de autodefinição, autorrepresentação e agência política.

É por meio da própria língua que se instituem as inúmeras formas de segregação e opressão e é também por meio dela que essas hierarquizações são mantidas, reforçadas ou desafiadas. Portanto, torna-se cada vez mais discutido o quanto ideologias linguísticas servem a projetos de hierarquização de formas de vida, legitimando por meio de argumentos supostamente descritivos ou meramente linguísticos, modalidades de violência que garantem a naturalização do racismo em sociedades coloniais. Assim, se faz necessário reenquadrar as discussões sobre a

“língua portuguesa” no Brasil segundo marcos políticos racialmente referenciados, uma vez que “a linguagem em geral e as línguas coloniais em particular – no nosso caso, o português – só fazem sentido ao serem compreendidas em sua articulação com os processos coloniais e com as formas de subjetivação modernas de que participam” (PINTO, 2018, p. 176).

Dentre diferentes contextos sociais, discursos sobre o português encontram nas mídias digitais espaços profícuos a sua circulação, de forma que são recorrentes as controvérsias sobre língua e seus imaginários. Nesse sentido, na seção seguinte abordaremos os modos pelos quais são compreendidas, neste trabalho, as interações digitais, bem como os expedientes metodológicos de geração e análise de dados, segundo princípios da etnografia digital (CIBORGA, 2022).

3. UMA ETNOGRAFIA DIGITAL NO NEXO *ONLINE-OFFLINE*

A presente pesquisa se caracteriza pela adoção da etnografia digital como ferramenta para a investigação social da linguagem, seguindo as perspectivas de Christine Hine (2000, 2009, 2015), Blommaert (2020) e Ciborga (2022). Esses trabalhos buscam, a partir de princípios da etnografia clássica na antropologia, pensar as relações de sociabilidade e a produção de sentidos culturais de sujeitos engajados em práticas sociais *online*. Desse modo, a adoção da etnografia digital é tida aqui não apenas como método de pesquisa, mas também como um fazer epistemológico sobre a linguagem em contexto, e se justifica, sobretudo, pelas perspectivas pragmáticas e semióticas sobre a linguagem que guiam este trabalho.

A etnografia digital de caráter não-participante, realizada entre junho e outubro de 2023, teve como objetivo analisar as ideologias linguísticas (PINTO, 2018) mobilizadas por sujeitos engajados em comentários na rede social *Facebook* (FACEBOOK, 2023), a respeito da matéria “*Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’*”, replicada pelo perfil oficial do Diário de Notícias na rede social, em 11 de novembro de 2021. A matéria publicada (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2021) tinha como intuito alertar a comunidade portuguesa para um fenômeno linguístico crescente em Portugal, o qual vinha preocupando cada vez mais alguns pais e professores. Esses, por sua vez, alegavam que muitas crianças portuguesas estariam “falando como brasileiros” em razão do suposto consumo excessivo de conteúdos *online* de *youtubers* brasileiros, mais especificamente dos vídeos do *youtuber* Luccas Neto⁵. “Dizem grama em vez de *relva*, *autocarro* é ônibus, *rebuçado* é bala, *riscas* são listras e leite está na geladeira em vez de *frigorífico*”, reclama o início da matéria.

Em junho de 2023, a postagem, que contava com 177 reações, 251 comentários e 47 compartilhamentos, trazia um *link* que direcionava os usuários para o site oficial em que teriam acesso à matéria na íntegra.

5 Popularmente conhecido por seus vídeos voltados ao público infantil, Luccas Neto, de 29 anos, é irmão do também *youtuber* Felipe Neto, e possui um dos canais mais famosos na plataforma de vídeos (<https://www.youtube.com/@lucastoon>) contando com mais de 40 milhões de inscritos em junho de 2023 e uma legião de fãs ao redor do mundo inteiro, incluindo em Portugal. Um dos argumentos apresentados por Paula Sofia Luz, redatora responsável pela reportagem do Diário de Notícias, aponta o período de isolamento social em razão da pandemia de Covid-19 como um dos principais fatores que impulsionou crianças portuguesas a consumirem de forma excessiva conteúdos *online* advindos do Brasil.



Figura 1. *Post no Facebook* da página Diário de Notícias sobre a matéria
Fonte: Facebook (2023)

Como defendido por Dell Hymes (1996), a ação de etnografar implica numa observação participativa e numa apresentação construída dos dados. Isto é, ao propor um estudo com esse tipo de abordagem, é imprescindível enfatizar que a prática da etnografia não se resume a uma observação passiva, mas envolve uma participação atuante e profunda no ambiente estudado, bem como a construção de uma representação cuidadosa e interpretativa dos dados analisados. Essa construção, por sua vez, refere-se ao modo como os dados observados durante a pesquisa etnográfica são gerados, organizados, interpretados e apresentados. Em vez de apenas relatar fatos brutos, a pessoa responsável pela etnografia constrói uma narrativa (CIBORGA, 2022) ou uma representação dos dados que pretende capturar a complexidade e a significância das interações e práticas observadas.

Nesse sentido, em vez de encarar as mídias digitais como meros recursos instrumentais nos quais as interações se desenrolam, passamos a adotar uma perspectiva típica das “sociedades pós-digitais” (BLOMMAERT, 2020). Aquilo a que chamamos de “redes digitais”, bem como suas lógicas, recursos e estruturas de participação próprias deixam de ser tomados como uma dimensão “à parte” da sociedade para serem encaradas como constitutivas da vida social propriamente dita e de seus fenômenos. Assim, sociedades pós-digitais são caracterizadas por um “nexo online/offline” (BLOMMAERT, 2019), ou seja, pela indistinção crescente das fronteiras entre o que se dá dentro e fora das redes digitais, da internet e de suas plataformas e sites. Essa característica das sociedades contemporâneas afeta também os modos de organização e o funcionamento dos recursos semióticos na vida social. Nesse sentido, “as práticas *offline* são profundamente influenciadas e alteradas pelas infraestruturas *online* e vice-versa, criando diferentes economias sociolinguísticas”, as quais são entendidas como “padrões de distribuição de recursos, formatos gerais para conduzir ações comunicativas e formar comunidades”, de modo que são produzidos e compartilhados “repertórios ajustados a essas economias alteradas” (BLOMMAERT, 2019, p. 3).

É nessa direção que Ico Maly (2023) chama a atenção para a forma como os meios digitais formatam e governam as interações interpessoais e, dessa forma, possuem impactos significativos nas configurações sociais em geral. Segundo ele, ao se pensar nos estudos das ideologias, e aqui podemos incluir também os estudos de ideologias linguísticas, é indispensável ter em mente que nas sociedades pós-digitais contemporâneas as “ideologias têm a forma que têm, não só como resultado de todo o campo de luta social entre os diferentes grupos, mas também porque estas ideologias são co-construídas pela mídia digital” (MALY, 2023, p. 4). É nesse sentido que, nesta pesquisa, o *Facebook* é encarado não como uma estrutura estática ou externa à própria prática discursiva, mas sim como um “contexto” das interações analisadas. Conforme aponta Pia Varis (2014), também os *sites* de rede social, nos quais as interações analisadas se desenrolam, correspondem a “uma construção ideológica da mídia moldada por, entre outras coisas, a maneira como usuárias veem este meio em relação a outros meios de comunicação” (VARIS, 2014, p. 6).

Desse modo, ao adotar a seção de comentários da página oficial do Diário de Notícias no *Facebook*, o trabalho se propõe a investigar esse espaço interacional *online* através de uma perspectiva da Antropologia

Linguística e da Linguística Aplicada indisciplinar (SILVA, 2019; SILVA, 2020; ROSA; MELO, 2024) a fim de cartografar e analisar de quais formas os posicionamentos dos usuários e usuárias nesse ambiente indexalizam ideologias linguísticas coloniais. Assim, é fundamental salientar a necessidade de uma pesquisa etnográfica detida de instrumentos teóricos analíticos flexíveis e precisos durante todo o processo de investigação nos ambientes digitais (CIBORGA, 2022) para que seja atingido o objetivo desejado.

4. IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS COLONIAIS: PURISMO LINGUÍSTICO NACIONALISTA COMO POLÍTICA LINGUÍSTICA DE HIGIENIZAÇÃO RACIAL

De uma perspectiva etnográfica, as práticas discursivas são entendidas como um tipo de “realização interacional durante a qual processos locais de negociação de sentidos indexalizam processos socioculturais mais amplos” (FABRÍCIO, 2013, p. 155). Nessa visada, a propriedade semiótica fundamental da linguagem em interação é a “indexicalidade”, conforme discutido por Michael Silverstein (2003). Ou seja, quando empregados nas interações localizadas, signos apontam sua história de usos e, assim, produzem sentido sinalizando dimensões sociais e culturais mais densas, as quais ultrapassam a cena interacional propriamente dita. Como definido por Bauman e Briggs (2006, p. 200), signos atuam como “indicadores de contextualização” porque “sinalizam quais elementos do cenário são usados pelos participantes na interação para produzir os enquadres interpretativos”.

Assim, é pensando nessa capacidade de os signos (não apenas linguísticos) apontarem para elementos contextuais como identidade, poder, pertencimento e intenção comunicativa, que esta pesquisa se desenvolve e toma forma. Dessa perspectiva, a produção de ideologias linguísticas coloniais, conforme argumentamos, opera justamente em função da propriedade indexical da linguagem e das ligações semióticas estabelecidas entre o emprego de signos situados e repositórios culturais, históricos e políticos mais densos, os quais ultrapassam o emprego localizado em si. O trabalho de uma análise densa de base etnográfica, então, consiste em realizar práticas interpretativas desses processos, tal como materializado no comentário registrado na Figura 2.

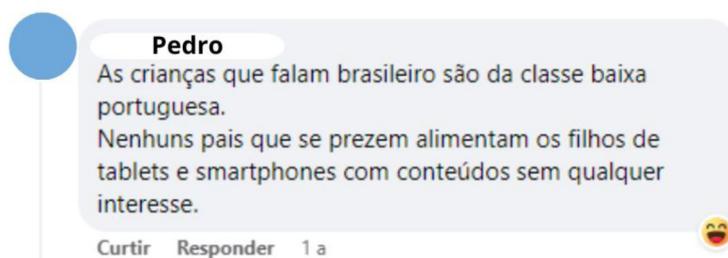


Figura 2. Comentário de Pedro sobre a matéria *“Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’”* no Facebook
Fonte: Facebook (2023)

O comentário de Pedro⁶ inicia sua crítica à suposta contaminação da pureza do português das crianças europeias com uma “epidemia de brasileiro”, legitimando as políticas de nomeação das línguas projetadas pela matéria do Diário de Notícias. Se a nomeação da língua oficial do Brasil como “língua brasileira” chegou a ser defendida por sociolinguistas brasileiros como uma espécie da afirmação da identidade nacional⁷, nesse comentário tal nomeação indexa uma avaliação negativa da identidade linguística brasileira. Em outras palavras, essa tarefa de diferenciação entre a língua oficial portuguesa e aquela brasileira reside justamente na busca pelo estabelecimento de fronteiras simbólicas com vistas à manutenção da higiene e da pureza da língua europeia por meio de políticas de nomeação.

6 As imagens dos comentários foram geradas por meio de captura de tela. Por razões éticas, apesar de os comentários serem públicos, optamos por anonimizar sua autoria. Desse modo, tanto as fotos de perfil foram cobertas, quanto os nomes reais foram substituídos por nomes fictícios, respeitando apenas o gênero suposto da pessoa comentadora, a partir da indicação de gênero em seu próprio perfil no Facebook ou de convenções sociais relativas aos nomes reais.

7 Um grande expoente desse debate é o linguista Marcos Bagno (2015), segundo quem “é preciso dizer, com todas as palavras, em alto e bom som: o português brasileiro é uma língua e o português europeu é outra. Muito aparentadas, muito familiares, mas diferentes”.

Como destaca Nascimento (2019), tais regimes de nomeação das línguas se configuram como um grande processo de *fetichização* do mundo ocidental que usou a linguagem não apenas “no âmbito do projeto romântico, liberal, cristão e idealista das línguas nacionais europeias [...] como também lançou mão dela para criar uma definição para o mundo inteiro, passando a operar todos os conceitos a partir da Europa” (NASCIMENTO, 2019, p. 11). Para exemplificar como essas ordens de nomeação operam, Nascimento (2019) se baseia nos estudos de Achille Mbembe (2014), os quais apontam para a criação do signo linguístico “negro” como um termo forjado pela branquitude. Esse processo teve como objetivo definir, desde uma posição de autoritarismo colonial, a identidade daqueles vistos como inferiores, porque desumanizados, negando a autonomia política e a autodefinição da própria comunidade. Nesse sentido, a nomeação da língua falada em Portugal como “portuguesa”, em oposição à língua “brasileira” falada no Brasil, atua como instrumento simbólico de demarcação política e de apropriação do colonizador da condição e humanidade dos povos colonizados (FANON, 2008), gesto básico da dominação colonial e da colonialidade da linguagem (VERONELLI, 2021) que atua para a manutenção desse padrão de poder.

A produção semiótica das ideologias linguísticas coloniais, indexadas pelo comentário de Pedro, atuam para além das ordens de nomeação. Como os elos indexicais no seu comentário apontam, ele predica os falantes europeus que estariam reproduzindo a “fala brasileira” como pertencentes à “classe baixa”, ou seja, a um grupo social inferiorizado em relação aos falantes europeus que prezam pela pureza linguística da língua. Os critérios implicitamente utilizados para a construção dessa hierarquia parecem residir exclusivamente em aspectos socioeconômicos ou de escolarização, os quais serviram de baliza para a classificação dicotômica da população portuguesa em função de sua aproximação ou distanciamento da identidade linguística brasileira.

Como discute Pinto (2013), uma das principais características da articulação entre ideologias linguísticas e hierarquias raciais é justamente a rarefação do componente racial em jogo nessa operação por meio da assunção de outras categorias como “classe” e “escolaridade” e, com elas, uma visão elitista de cultura a qual crê que pessoas da “classe baixa” produzem e consomem artefatos culturais “inferiores”. Em outras palavras, a ideologia linguística colonial mobilizada no comentário em questão “dissimula” seu teor racista ao tomar como naturais, dadas e objetivamente verificáveis as distinções entre a “língua portuguesa” e a “língua brasileira”, calcadas em avaliações hierarquizantes as quais regulamentam as diferenças linguísticas, segundo a ideologia da homogeneidade variável (PINTO, 2013).

O que essa categoria, ou *incômodo*, como defendido por Pinto (2018), nos aponta é a preocupação latente com os ideais de pureza da língua defendidos pelo modelo de monolinguismo homogêneo sacralizado pela branquitude hegemônica como o padrão moderno de comunicação racional (PRATT, 1991). Assim, esse padrão moderno de unificação das línguas atrelado a outros projetos nacionalistas não se encarrega apenas em excluir a grande pluralidade linguística advindas desses grupos de falantes como também se torna responsável pelo seu uso como mecanismo de controle e dominação (IRALA, 2004; LUZ, 2009).

No excerto “Nenhuns pais que se prezem alimentam os filhos de tablets e smartphones com conteúdos sem qualquer interesse”, Pedro apela para outra classificação, dessa vez, acerca dos pais que não fiscalizam ou até estimulam seus filhos a consumirem determinados conteúdos *online*. Ao fazer isso, Pedro também mobiliza sentidos pejorativos ao situar socialmente como desprezíveis os pais daquelas crianças que estariam incorporando aspectos linguísticos da identidade brasileira. Portanto, é possível observar que nesse comentário há a materialização de um elo indexical que busca enquadrar as classes tidas como “baixas”, “inferiores” e “marginalizadas” de portugueses que falam “brasileiro” como sujeitos intelectual, cultural e moralmente inferiores.

Assim, como típico do funcionamento das ideologias linguísticas (GAL, 2023) é possível notar o escalonamento discursivo e político que se desdobra nos comentários que vão da língua à classe; da língua à escolaridade; da língua à cultura; da língua à avaliação moral das condutas dos falantes, o que nos permite argumentar sobre a dimensão eminentemente cultural e política das diferenças percebidas, defendidas ou pejoradas entre as línguas. Nesse sentido, torna-se notório como determinadas políticas de diferença são mobilizadas e se interseccionam com a língua para produzir e fortalecer as mais diversas hierarquias sociais, segundo perspectivas coloniais (PINTO, 2015).

O diálogo entre Abel e Júlia, registrado na Figura 3, aprofunda os sentidos sobre os usos das línguas como categorias políticas subjacentes às perspectivas racistas, as quais estão na base do que temos chamado neste artigo de ideologias linguísticas coloniais.

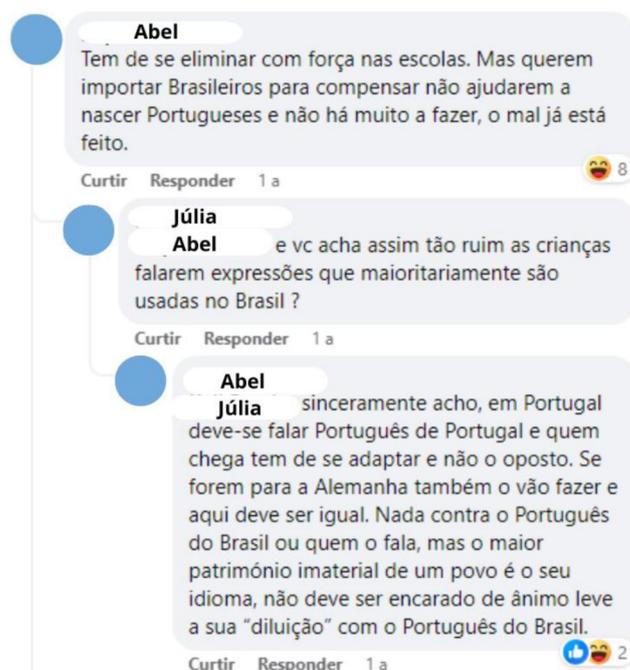


Figura 3. Comentário de Abel e Júlia sobre a matéria “*Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’*” no Facebook
Fonte: Facebook (2023)

O comentário disparador da interação, elaborado por Abel, mobiliza certo apelo a uma “eliminação violenta da língua “brasileira” das escolas portuguesas. Tendo em vista o que temos discutido sobre as ideologias linguísticas coloniais, nesse comentário, o apelo a eliminação de certa língua dos ambientes escolares indexa sentidos para além dos linguísticos propriamente ditos. O que deve ser “eliminado com força” dos espaços escolares é a cultura e a identidade brasileira, encaradas como um tipo de corrupção da pureza intelectual e linguística da comunidade portuguesa. Ao apontar sentidos históricos da relação colonial entre Portugal e Brasil, por isso baseada na violência exploratória e na subjugação, não seria forçoso interpretar que, em última análise, o que se quer eliminar com violência são os próprios falantes da língua, enquanto modos de vida cultural e linguisticamente investidos.

Nessa trilha interpretativa, é necessário destacar, ainda, a metapragmática colonial empregada por Abel a fim de enquadrar a instituição escolar. Nesse sentido, os imaginários sobre escolas como espaços de educação linguística, inclusive com vistas ao acesso a outras línguas, culturas e modos de vida diversos são enquadrados segundo regimes políticos puristas e nacionalistas monolíngues. Ou seja, dessa perspectiva, a escolarização, no que tange à sua dimensão linguística, é encarada como parte importante de um processo de higienização social. Nesses termos, a escola se torna um lugar privilegiado de ação política pautada em práticas daquilo que Deborah Cameron (1995) nomeou como “higiene verbal”, ou seja, processos de regulamentação de línguas baseados em determinados valores sociais mobilizados por interesses de grupo, tais como estética, funcionalidade ou moralidade. Tais práticas de higiene verbal se orientam segundo certas ideologias linguísticas, o que no caso do comentário de Abel, constituem ideologias linguísticas coloniais.

O comentário de Abel segue mobilizando uma metapragmática colonial, ao convocar sentidos de objetificação que estão na base de discursos comerciais dirigidos a pessoas. Ao contrapor processos migratórios de brasileiros para Portugal aos déficits de natalidade registrados no país europeu, Abel mobiliza discursos recorrentes sobre uma suposta usurpação de posições sociais que imigrantes brasileiros estariam protagonizando em Portugal. Esses discursos são parte integrante de repertórios semióticos racistas acionados por portugueses contra brasileiros e outros imigrantes do Sul Global, tal como mostra o estudo “Discurso de ódio e imigração em Portugal”, promovido pela Casa do Brasil em Lisboa (COSTA, 2021). Assim, ao enunciar, ainda na Figura 3, “Mas querem *importar Brasileiros* para compensar não ajudarem a nascerem Portugueses”, Abel projeta uma avaliação que reaviva um ideal colonial de objetificação e comercialização de pessoas, apontando assim para ideologias escravagistas empreendidas durante a colonização.

Desse modo, ao rotular os brasileiros como “coisas” a serem importadas de um país a outro, Abel alinha-se a certos processos de racialização que se constituem como parte fundamental no sistema perverso da colonialidade. Como discute Gabriel Nascimento (2019, p. 84), esse sistema “produziu no Ocidente séculos de escravidão negreira e dizimação dos povos originários de cada lugar onde se colonizava”. Não obstante, o autor faz questão de ressaltar que esse processo, baseado em expedientes genocidas, etnocidas e linguicidas, que se abateu sobre territórios, povos e subjetividades colonizados não “se deu fora, mas dentro dos sistemas linguísticos”. Como as ideologias linguísticas coloniais mobilizadas por Abel apontam, os discursos sobre as línguas, e até mesmo o que reconhecemos propriamente como “línguas” legítimas (ou não), são mutuamente constitutivos de regimes metadiscursivos raciais historicamente constituídos.

Em resposta ao comentário de Abel, Júlia elabora, em alguma medida, a austeridade do seu posicionamento acerca da imagem de “crianças portuguesas que só falam brasileiro” produzida pela matéria do Diário de Notícias. Em seguida, Abel responde à pergunta de Júlia reiterando sua posição normativa, ao afirmar que “em Portugal *deve-se falar Português de Portugal* e quem chega *tem de se adaptar* e não o oposto”. Nesse sentido, a diversidade linguística, étnica e cultural que constitui a atual sociedade portuguesa é apagada em seu discurso com vistas a afirmar a suposta pureza da ligação, monolíngue e nacionalista, uma língua-um povo-uma nação. Desse núcleo identitário essencialista emana o imperativo securitário de proteção nacional a eventuais ameaças externas, além da legitimação de um discurso que valida o desrespeito às diferenças culturais e linguísticas de povos colonizados, os quais devem abandonar sua identidade linguística para se curvar ao poder normativo da língua da Nação, nesse caso, o português europeu.

Nesse sentido, podemos perceber como ideologias linguísticas coloniais projetam metapragmáticas nacionalistas segundo as quais aquelas pessoas que não pertencem à comunidade nacional imaginada (ANDERSON, 2008), exatamente por não performarem o gênero, a sexualidade, a raça, a cultura e a língua da Nação, são enquadrados como inimigos a serem combatidos. Isso porque sua presença intrusiva e indesejada ameaça a integridade de seus símbolos nacionais, tal como faz Abel ao projetar “a língua” de Portugal como um patrimônio a ser protegido em “o maior *património imaterial* de um povo é o seu idioma”. Esse imperativo linguístico securitário se dá também em função de uma ansiedade em torno do suposto risco de desintegração identitária da Nação, o que visa dissimular a quão poderosa, sistêmica e estrutural são as instituições responsáveis por promover, à custa de muitas violências e invisibilização, hegemonias linguísticas coloniais ao redor do mundo.

Um exemplo expressivo dessas disputas de poder dissimuladas é o papel desempenhado por diferentes organismos lusitanos, na propagação da “lusofonia” como uma plataforma neocolonial que busca reposicionar Portugal como centro político da cultura dos países de língua oficial portuguesa, suas ex-colônias, vilipendiadas material, subjetiva e culturalmente na América Latina, na África, na Ásia e na Oceania. São sentidos dessa ordem que regimentam a ressalva de Abel em “não deve ser encarado de ânimo leve a sua *‘diluição’ com o Português do Brasil*”. Com base nesse suposto risco de contágio com “a língua” da ex-colônia, e em todas as implicações sobre pureza racial dessas afirmações, Abel mobiliza um discurso de alerta sobre o risco da desintegração ou destruição da “essência” e da “pureza” da identidade nacional em função dos processos de contato entre diferenças linguísticas e culturais. Tal como afirma Severo (2016, p. 1322), “a lusofonia tem operado como uma arena de lutas e tensões políticas recheada de memórias coloniais delicadas”.

5. DE VÂNDALOS E PUTAS: FEMINIZAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO DO OUTRO COMO FORMA DE CORPORIFICAÇÃO LINGUÍSTICA VIOLENTA

Sentidos sobre proteção da pureza identitária portuguesa ante uma espécie de ameaça à sua integridade, tal como analisado até aqui no funcionamento das ideologias linguísticas coloniais, transbordam ainda em outras direções. Como projeta o comentário de Ricardo, registrado na Figura 4, sentidos do campo da moralidade, do gênero e da sexualidade são arregimentados e articulados nas práticas racistas de suposta defesa da “língua”.

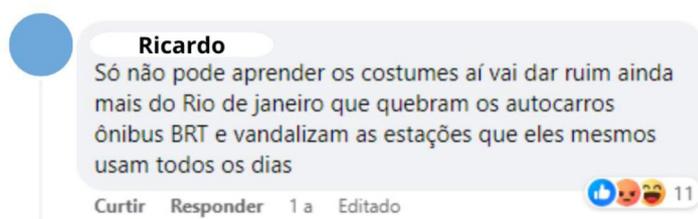


Figura 4. Comentário de Ricardo sobre a matéria “*Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’*” no Facebook
Fonte: Facebook (2023)

Ricardo inicia seu comentário com uma atenuação irônica das metapragmáticas mobilizadas pela matéria do Diário de Notícias. Sugerindo que mais prejudicial do que crianças portuguesas aprenderem “brasileiro” seria aprender “costumes” brasileiros. Ainda que no plano denotacional do seu comentário, ou seja, do conteúdo linguístico explícito nele, pareça que a tematização da questão linguística assumiu uma dimensão secundária, quando nos atentamos ao plano conotacional, aquele dos significados socioculturais emergentes, incluídos os não-ditos, percebe-se que essa atenuação serve ao escamoteamento de um poderoso processo de fabricação de “escalas” (CARR; LAMPERT, 2016). Se, na Geografia, tal termo serve para indicar as relações de referência e de proporcionalidade entre os objetos cartograficamente representados nos mapas e as dimensões empíricas desses objetos, no campo dos estudos antropológicos da linguagem eles indicam justamente o caráter fabricado (por isso, não natural), cultural e situado das atividades de construção, no discurso, de certas “realidades” (sujeitos, línguas, identidades etc.).

Nesse sentido, somos posicionados e nos movemos na vida social segundo “mapas”, ou seja, convenções que continua e mutuamente constroem, categorizam, antagonizam e hierarquizam posicionalidades sociais no discurso. Como destacam Carr e Lampert (2016), essas “hierarquias escaladas” são “efeitos dos esforços para classificar, agrupar e categorizar muitas coisas, pessoas e qualidades em termos de graus relativos de elevação ou centralidade” (Carr; Lampert, 2016, p. 3).

Nesse sentido, Ricardo projeta um elo semiótico, supostamente natural, e escamoteado, entre a “língua brasileira” tematizada pela matéria objeto do seu comentário e perspectivas depreciativas sobre a cultura urbana brasileira, mobilizadas por imagens sociais que posicionam Portugal e Brasil, país colonizador e ex-colônia, em uma escala assimétrica em termos de civilização. Enquanto o país europeu é projetado como civilizado, o que é atestado por seus hábitos não-mencionados, mas evocados em seu comentário, o Brasil é projetado como lugar incivilizado, bárbaro e sem urbanidade. Não é forçoso perceber como essa hierarquia mobiliza metapragmáticas de classificação racializantes, inteiramente constitutivas de gestos simbólicos e ontológicos coloniais. Nesse sentido, a intersecção entre diferenças, sejam elas de raça, gênero, classe ou outras, com determinadas concepções de língua produzem e fortalecem as hierarquias que circundam e se retroalimentam nas sociedades e nas línguas coloniais.

Ao predicar os brasileiros como vândalos, como em “ainda mais do Rio de Janeiro que *quebram* autocarros ônibus BRT e *vandalizam* as estações que eles mesmos usam todos os dias”, Ricardo projeta um movimento escalar que articula o depredamento de patrimônios públicos, visto como elemento constitutivo dos “costumes” brasileiros, com o depredamento da “língua portuguesa” que utilizam nos territórios colonizados. Esse tipo de retórica encontra suas raízes fincadas em um tipo de nacionalismo pernicioso que busca induzir e reforçar, por meio de práticas de linguagens, uma série de marginalizações e estigmatizações acerca de grupos que consideram subalternos. Como discute Sales Jr. (2006, p. 233) acerca dos não-ditos racistas, esse processo de estigmatização atua como uma “máquina expressiva provida de uma força ilocutória e que, conforme regras ou convenções sociais, determina atos de linguagem tais como a ofensa e a ridicularização”, assim, se encarrega de produzir “um conjunto variável de formas eficazes de produzir e distribuir papéis, obrigações e vínculos sociais, ‘estigmas’ que marcam e demarcam os corpos”.

Assim como o funcionamento das ideologias linguísticas coloniais mobilizadas no comentário de Ricardo, o comentário de Otávio, na Figura 5, também atua mediante um trabalho discursivo orientado para a construção de “hierarquias escaladas” (CARR; LAMPERT, 2016). Ou seja, mesmo não mencionando denotacionalmente uma preocupação em torno da língua “brasileira”, a presentifica e pejora por meio de elementos identitários “brasileiros” mais amplos, indiretamente atrelados a essa língua e aos sujeitos estigmatizados que a utilizam.

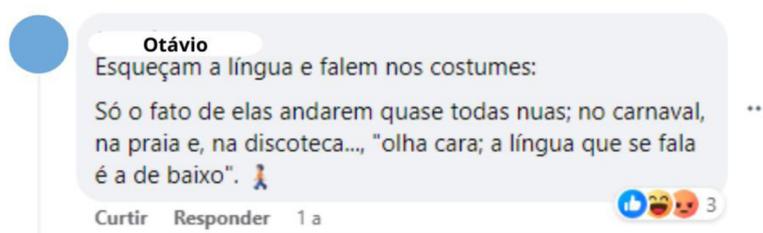


Figura 5. Comentário de Otávio sobre a matéria “*Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’*” no Facebook
Fonte: Facebook (2023)

Tal como no comentário de Ricardo, na Figura 4, Otávio se dirige de modo imperativo aos portugueses a fim de que deixem de lado qualquer ansiedade sobre os aspectos linguísticos “brasileiros” incorporados pelas crianças de Portugal e falem do que realmente deveria ser alvo de preocupação, “esqueçam a língua e falem nos *costumes*”, ele diz. Após essa advertência, projeta uma metapragmática que, saltando de questões linguísticas relativamente abstratas, corporifica a “língua brasileira” como parte do seu expediente ideológico. Essa corporificação violenta da língua, justamente porque destinada à sua depreciação, atua também mediante processo de feminização do Outro, daquele que é classificado como inferior, desumanizado e, então, destinado à violência.

O pronome pessoal feminino “elas” empregado por Otávio, como em “Só o fato de *elas* andarem quase *todas nuas*”, atua no sentido de indexar uma gama de ideologias machistas e estereótipos de gênero coloniais que significam os corpos feminizados das populações colonizadas como subalternos, sexualizados e indefinidamente disponíveis a exploração física e sexual pelos homens colonizadores (LUGONES, 2014). Ainda nessa direção, em “olha cara; a *língua* que se fala é a de *baixo*”, Otávio enfatiza a indexicalidade projetada em seu comentário por meio do recurso a um discurso citado não identificado, o qual parece recuperar uma voz social que hipersexualiza brasileiros, ou mais especificamente brasileiras, ao afirmar que a língua que se fala no Brasil não é o “português”, mas “*a de baixo*”, em última análise, o sexo.

Ao refletir sobre a sexualização das mulheres brasileiras, é oportuno pensar nos significados atribuídos a esses corpos ao longo da história colonial e de que modo foram iconizados como símbolos eróticos, primitivos e meramente reduzidos ao sexo. Nesse contexto, a obra “Casa-Grande & Senzala” (1933) de Gilberto Freyre se apresenta como um marco nesse processo de referenciação acerca do Brasil e de sua população, organizando uma matriz conceitual que naturaliza processos de violência colonial, a exemplo da sexualização dos corpos das mulheres durante o desdobramento sócio-histórico do país colonizado. As mulheres, portanto, eram “intoxicadas sexualmente”, nos termos freyrianos, ante ao “potente pênis europeu” (QUINTAS, 2008) e a toda a modernização e progresso trazidos por eles. Isto é, passaram a ser enxergadas como mulheres da terra que se entregavam nuas aos “[...] brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses” (FREYRE, 2006, p. 161).

Essas representações hipersexualizadas, registradas inclusive em obras ditas consagradas para a interpretação do Brasil, a exemplo do próprio trabalho de Freyre, reforçam certos estereótipos e estigmas racistas e sexistas da “mulher nativa” como vulgar, fácil e altamente sexual, ao passo em que se estendem de forma violenta às mulheres negras a fim de reduzi-las a “imagens de controle” (COLLINS, 2018), enquanto menosprezam suas subjetividades e vivências múltiplas. Nesse cenário, Lélia González (2020, p. 165, adaptado) aponta para a tripla discriminação, machista, sexual e racial, enfrentada pela população negra no Brasil que tendem a se configurar como “fortes sustentáculos da ideologia de dominação e fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe”.

Ao discutirem a intersecção entre língua e raça a partir da noção de “raciolinguística”, Rosa e Flores (2017) e Flores (2019) destacam como os mecanismos da colonialidade se materializam em armadilhas engenhosas da modernidade, a exemplo daquelas que delimitam um grupo como superior a partir do argumento de que grupos subalternos carecem suprir determinados *déficits* linguísticos e culturais para atingir a *superioridade*. Essa argumentação, destacamos, típica de ideologias linguísticas coloniais em circulação na modernidade, embora se revista de aparente teor exclusivamente linguístico é eminentemente política. Isso é, está imbricada nas disputas de poder econômico, cultural, moral, identitário, semiótico e narrativo a que estão investidas as relações coloniais, ainda que formalmente suprimidas as administrações coloniais portuguesas do território brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou se distanciar das atividades de descrição de estruturas ou da afirmação sobre avaliações linguísticas encaradas desde uma perspectiva essencialista, as quais tomam como dada a existência da “língua”, de suas estruturas e de certos fenômenos descritíveis. Em função dessa opção, nosso foco recaiu sobre as complexas dinâmicas dos regimes metapragmáticos e metadiscursivos que organizam os enquadramentos sociais e políticos que produzem as línguas que afirmam meramente descrever.

Assim, nossa atenção se voltou para as práticas sociais de linguagem com foco específico na circulação de ideologias linguísticas, ou seja, no trânsito de crenças, racionalizações e afetos sobre línguas, usos e usuários, especialmente para aqueles que projetam classificações raciais de base colonial, as quais denominamos “ideologias linguísticas coloniais”. Nesse sentido, foi possível analisar como essas ideologias atuam na produção e na legitimação de hierarquias linguísticas como hierarquias raciais, bem como se manifestam na afirmação do purismo linguístico nacionalista como política linguística de higienização racial. Ademais, também foram analisadas as dinâmicas de feminização e de sexualização de línguas como instâncias de uma corporificação linguística violenta.

Por fim, apontamos a relevância política de discussões sobre línguas que sejam racialmente enquadradas, levando a sério o fato de que línguas se constituem como artefatos discursivos, em determinados enquadres históricos, políticos e econômicos – e que, no caso da língua portuguesa falada no Brasil, esses são enquadres coloniais. Sendo assim, da nossa perspectiva, a consideração desses elementos nas pesquisas não deve ser encarada como meramente acessória ou adicional, sob pena de mobilizarmos nos discursos acadêmicos especializados, altamente legitimados, ideologias linguísticas racistas. Elas podem ser assim classificadas justamente por atuarem na produção e, ao mesmo tempo, no apagamento, de hierarquias raciais projetadas por diferentes expedientes discursivos. Esses, por sua vez, reivindicam para si um caráter estritamente “linguístico”, o que quase sempre funciona como uma cômoda metáfora de sua alegada neutralidade racial.

DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Os dois autores conceberam e redigiram em colaboração o estudo aqui apresentado. Os dados foram inicialmente selecionados por Vitor Alves.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Não há conflitos de interesse conhecidos associados a esta publicação.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

Os dados analisados neste estudo etnográfico são provenientes de uma rede social online, especificamente do perfil de um veículo de comunicação jornalística, de modo que estão disponíveis para acesso público através dos links aqui disponibilizados. Nas notas de rodapé inseridas ao longo do trabalho, bem como na descrição da metodologia utilizada, informamos dia, mês e ano da postagem e da observação realizada ao longo do estudo. Os dados foram obtidos mediante capturas de tela e armazenados no arquivo de pesquisa. Eles encontram-se disponíveis para eventuais pessoas interessadas, mediante contato com os autores.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. (2008). *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- AUROUX, S. (2009). *A revolução tecnológica da gramatização*. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. L. (2006). Poética e performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. *Ilha*, Florianópolis, v. 8, p. 185-228.
- BLOMMAERT, J. (2002). *Discourse*. Cambridge: Routledge.
- BLOMMAERT, J. (2010). *The sociolinguistics of globalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

- BLOMMAERT, J. (2019). Sociolinguistic restructuration in the online-offline nexus. *Tilburg Papers in Culture Studies*, n. 234, p. 1-20, 2019.
- BLOMMAERT, J. (2020). O discurso político em sociedades pós-digitais. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, n. 1, p. 390-403, jan./abr.
- BUTLER, J. (1990). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*.
- CAMERON, D. (1995). *Verbal Hygiene*. London and New York: Routledge.
- CARR, E. S.; LEMPERS, M. **Scale**: discourse and dimensions of social life. Oakland: University of California Press, 2016.
- COLETIVA CIBORGA. (2022). *Etnografia digital: um guia para iniciantes nos estudos da linguagem em ambientes digitais*. Goiânia: Cegraf UFG.
- COLLINS, P. H. (2018). *Pensamento feminista negro*. São Paulo, Boitempo.
- COSTA, A. P. (2021). *Discurso de ódio e migração em Portugal*. Casa do Brasil em Lisboa. Disponível em: <https://11nq.com/IGAdy> . Acesso em: 19 de maio de 2024.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (2021). Há crianças portuguesas que só falam brasileiro. Disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/ha-criancas-portuguesas-que-so-falam-brasileiro-14292845.html> Acesso: 10 nov. 2023.
- ESPÍRITO SANTO, D. O.; SANTOS, K. B. (2018). A invenção do monolingüismo no Brasil: por uma orientação translíngua em aulas de “línguas”. *Calidoscópico*, v. 16, n. 1.
- FABRÍCIO, B. F. (2013). A “outridade lusófona” em tempos de globalização: identidade cultural como potencial semiótico. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Português no século XXI: cenário político e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola. p. 144-168.
- FACEBOOK. (2021). Há crianças portuguesas que só falam brasileiro. *Diário de Notícias*. Disponível em: <https://www.facebook.com/DiariodeNoticias.pt/posts/pfbid02wBJiT6aMWqL85MHCJ2z8wZZfapcSdcUhdKwS2vBbhaMcEaZ4iDwa43TVTmEEJePF1> . Acesso: 12 nov. 2023.
- FANON, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- FREYRE, G. (2006). *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal; apresentação de Fernando Henrique Cardoso*. 51ª ed., rev. São Paulo: Global.
- GAL, S. (2023) Language Ideologies. *Linguistics*. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199384655.013.996> . Acesso em: 11 nov. 2023.
- GOMES, N. L. (2012). Movimento Negro e Educação: Ressignificando e politizando a Raça. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.
- GONZALEZ, L. (1984). Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, p. 223-244.
- HINE, C. (2000). *Virtual Ethnography*. London: Sage Publications.
- HINE, C. (2009). How can qualitative internet researches define the boundaries of their projects? In: MARKHAM, Annette; BAYM, Nancy. (Eds.). *Internet Inquiry: conversations about method*, Sage: Londres, p. 1-20.
- HINE, C. (2015). *Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday*. Londres/ New York: Bloomsbury.
- hooks, b. (2008). Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 857-864.

- HYMES, D. (1996). *Ethnography, linguistics, narrative inequality*. Toward an understanding of voice. New York: Taylor & Francis.
- IRALA, V. (2004). Práticas discursivas sobre o espanhol através da comunicação mediada por computador: “la lengua mía, la lengua tuya, la lengua nuestra”. Pelotas, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pelotas, 150 p.
- IRVINE, J. T. (1989). When talk isn't cheap: language and political economy. *American Ethnologist*, v. 16, n. 2, p. 248-267.
- IRVINE, J. T.; GAL, S. (2000). Language ideology and linguistic differentiation. In: KROSKRITY, Paul (ed.). *Regimes of language: ideologies, politics, and identities*. Santa Fe, NM: School of American Research Press. p. 35-83.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, p. 935-952, 2014.
- MAKONI, S. (2004); MEINHOF, U. Western perspectives in applied linguistics in Africa. *AILA Review*, Amsterdam, v.17, p. 77-105.
- MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (2005). Disinventing and (re) constituting languages. *Critical Inquiry in Language Studies*, v. 2, n. 3, p. 137-156.
- MALY, I. (2023). *Digital economy and platform ideologies*. DiggIt Magazine. Disponível em: <https://www.diggitmazine.com/working-papers/digital-economy-platform-ideologies-influencer-culture>. Acesso em: 20 set. 2023.
- MBEMBE, A. (2014). *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona.
- MIGNOLO, W. D. (2005). *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción de colonial*. Barcelona, Gedisa, 241 p.
- MOITA LOPES, L. P. (1994). Pesquisa interpretativista em lingüística aplicada: a linguagem como condição e solução. *DELTA*, v. 10 n. 2, 1994.
- MOITA LOPES, L. P. (2006). (Org.). *Por uma lingüística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola.
- MOITA LOPES, L. P.; FABRÍCIO, B. F. (2019). Por uma ‘proximidade crítica’ nos estudos em Linguística Aplicada. *Calidoscópio*, v. 17, n. 4, p. 711–723.
- MUNANGA, K. (2003). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB. 3., Rio de Janeiro, 2003. *Anais...* Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidadee-etnia.pdf>. Acesso em: 10 abril. 2024.
- MUNIZ, K. (2016). Ainda sobre a possibilidade de uma lingüística crítica: performatividade, política e identificação racial no Brasil. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 767-786.
- NASCIMENTO, G. (2019). *Racismo lingüístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. São Paulo: Letramento.
- PINTO, J. P. (2013). Prefiguração identitária e hierarquias lingüísticas na invenção do português. *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolingüístico*. São Paulo: Parábola, p. 120-143.
- PINTO, J. P. (2015). De diferenças e hierarquias no quadro Adelaide às análises situadas e críticas na Linguística Aplicada. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 31, p. 199-221.
- PINTO, J. P. (2018). Ideologias lingüísticas e a instituição de hierarquias raciais. *Revista da ABPN*, Goiânia, v. 10, p. 704-720.
- QUIJANO, A. (1999). Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Dispositio*, v. 24, n. 51, p. 137-148.
- QUINTAS, F. (2008). *Sexo à Moda Patriarcal: o feminino e o masculino na obra de Gilberto Freyre*. Brasil: Global.
- ROSA, B.; MELO, G. C. V. (2024) Discursos de ódio: ser mulher negra nordestina residente no Rio de Janeiro. *Signótica*, v.36, e.76718, p. 1-30.

- ROSA, J. (2019). *Looking like a language, sounding like a race: raciolinguistic ideologies and the learning of Latinidad*. New York: Oxford University Press, p. 125-176.
- ROSA, J.; FLORES, N. (2017). Unsettling race and language: Toward a raciolinguistic perspective. *Language and Society*, v. 46, n. 5, p. 621-647.
- SEVERO, C.G. (2016). A invenção colonial das línguas da América. *Alfa*, v. 60, n. 1, p. 11-28.
- SILVA, D. C. P. (2019). (Meta)pragmática da violência linguística: Patologização das vidas trans em comentários online. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, SP, v. 58, n. 2, p. 956-985.
- SILVA, D. C. P. (2020). Embates semiótico-discursivos em redes digitais bolsonaristas: populismo, negacionismo e ditadura. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, SP, v. 59, n. 2, p. 1171-1195.
- SILVERSTEIN, M. (2003). Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. *Language & Communication*, v. 23, p. 193-229.
- VARIS, P. (2014). Digital Ethnography. *Tilburg Papers in Culture Studies*. Paper 104, ago.
- VERONELLI, G. A. (2021). Sobre a colonialidade da linguagem. *Revista X*, v. 16, n. 1, p. 80-100.

Recebido: 31/5/2024
Aceito: 21/9/2024
Publicado: 17/10/2024